



ATUALIZAÇÃO DOS CUSTOS A VALOR PRESENTE EM PROJETOS DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

UPDATE OF COSTS TO PRESENT VALUE IN RESEARCH PROJECTS: A CASE STUDY IN A SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION INSTITUTION

 **Luis Fernando Rodrigues Ferreira**

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil
fernando@fernandoferreira.com.br

 **Rodrigo Perozzo Noll**

Doutor em Ciências da Computação
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil
rodrigo.noll@ifrs.edu.br

 **Anderson Ricardo Yanzer Cabral**

Doutor em Ciências da Computação
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil
anderson.yanzer@ifrs.edu.br

Resumo: Este estudo teve como objetivo demonstrar a aplicação da técnica da correção monetária aos custos de um projeto de pesquisa nas ferramentas de gestão financeira, de modo a proceder à valoração da Propriedade Intelectual. Dentre os desafios para a valoração, destacam-se a ausência de metodologias e informações para análise de custos e preços praticados no mercado. Neste trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica e desenvolvido um estudo de caso com abordagem qualitativa, por meio da análise de dados secundários de um projeto de pesquisa disponibilizado para acesso público em uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação. Foram analisadas ferramentas de gestão compostas por: orçamento, plano de contas gerencial, planilha de lançamento de custos, demonstrativo de resultados do exercício e metodologia para correção monetária dos custos. Os resultados apontaram que a não aplicação da correção monetária pode levar a perda financeira ao não se trazer a valor presente os custos despendidos. Como contribuição deste estudo para a gestão dos projetos de pesquisa, constatou-se que o emprego da correção monetária, fornece subsídios importantes ao processo de valoração da PI ao trazer a valor presente os custos incorridos defasados pela inflação.

Palavras-chave: Correção monetária custos. Gestão. Orçamento. Propriedade intelectual.

Abstract: This study aimed to demonstrate the application of the monetary correction technique to the costs of a research project with in financial management tools, in order to proceed with the valuation of Intellectual Property. Among the challenges in valuation, the absence of methodologies and information for analyzing costs and marketprices stands out. This work encompassed bibliographic research and the development of a qualitative case study, involving the analysis of secondary data from a research project made public ly available in a Scientific, Technological, and Innovation Institution. Management tools such as budgeting, managerial chart of accounts, costs preadsheet, income statement, and methodology for cost monetary correction were examined. The results indicated that not applying monetary correction could lead to financial loss by failing to bring the incurred costs to present value. As a contribution of this study to research project management, it was found that employing monetary correction provides significant support to the Intellectual Property valuation process by bringing the incurred costs to present value adjusted for inflation.

Keywords: Monetary correction. Costs. Management. Budget. Intellectual property.

Cite como

American Psychological Association (APA)

Ferreira, L. F. R., Noll, R. P., & Cabral, A. R. Y. (2023, jul./dez.). Atualização dos custos a valor presente em projetos de pesquisa: estudo de caso em uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias - IPTEC*, São Paulo, 11(2), 1-17, e25104. <https://doi.org/10.5585/iptec.v11i2.25104>

1 Introdução

A demanda por tecnologia e inovação apresenta-se como uma oportunidade para as Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) produzirem conhecimento com o objetivo de estreitar o relacionamento com o mercado, por meio da Transferência de Tecnologia (TT).

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), enquanto estrutura atuante no âmbito das ICTs, tem a valoração como uma das suas atividades no processo de TT. A valoração é considerada uma etapa crítica no processo de TT, e tem por finalidade atribuir um valor monetário à Propriedade Intelectual (PI), na qual são empregados diversos métodos de formas distintas ou combinadas para que se obtenha um valor adequado que remunere o investimento realizado na pesquisa (Ferreira et al., 2020).

Na análise de estudos sobre a prática de valoração da PI observou-se a incidência de relatos referentes aos desafios no processo de valoração devido à falta de informações sobre os custos do projeto e, ainda, a ausência de recomendações ou técnicas para manter os valores despendidos nos projetos atualizados monetariamente no decorrer da pesquisa. Segundo Takamatsu e Lamounier (2009), a atualização monetária nos demonstrativos contábeis dá garantias de confiabilidade aos analistas e auxilia a tomada de decisões internas.

Todavia, na literatura pesquisada, não foram encontradas evidências desta prática na gestão de custos das ICTs para a valoração. Esta constatação levou ao seguinte questionamento: registros das movimentações financeiras, classificados e atualizados monetariamente, aplicados às ferramentas de gestão financeira seriam aderentes à gestão de projetos de pesquisa e poderiam contribuir no processo de valoração?

Partindo desse questionamento, o objetivo deste estudo foi demonstrar a aplicação da técnica da correção monetária aos custos de um projeto de pesquisa nas ferramentas de gestão financeira. Por tratar-se de uma questão prática, os métodos de pesquisa utilizados para este trabalho foram a pesquisa bibliográfica (Gil, 2017) e estudo de caso, com abordagem qualitativa de natureza exploratória (Yin, 2015).

Neste estudo foi apresentada uma metodologia para realizar a correção monetária de um valor histórico a valor presente, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), por meio da Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária – IPCA-E, elaborada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP, 2023).

Esta metodologia foi aplicada a um projeto de pesquisa de uma ICT, com apresentação das ferramentas de gestão financeira. Tais ferramentas são utilizadas para determinar a aplicação dos recursos em cada projeto e acompanhar a realização do orçamento por meio de relatórios que evidenciam os pagamentos realizados. A partir da extração dos dados contidos nos relatórios, foram elaboradas tabelas para demonstrar a estrutura financeira do projeto, juntamente com aplicação da correção monetária nos custos incorridos.

A aplicação da técnica de correção monetária pela Tabela Prática do TJSP (2023) permitiu calcular a desvalorização dos recursos financeiros causados pela inflação. Esse cálculo denota a necessidade de manter os custos atualizados, para preservar o valor investido.

Este artigo está organizado conforme segue: a Seção 2 apresenta o Referencial Teórico; a Seção 3 apresenta a Metodologia; a Seção 4 apresenta a Análise dos Resultados e; a Seção 5 apresenta a Conclusão deste estudo.

2 Referencial teórico

O referencial teórico trata dos temas abordados neste estudo, com ênfase nas ferramentas de gestão financeira aplicadas aos projetos de pesquisa e a correção monetária dos custos incorridos para auxiliar no processo de valoração.

2.1 O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT

O NIT é a estrutura atuante no âmbito das ICTs tem, dentre as suas atribuições, a gestão da inovação, que compreende várias atividades envolvendo equipe especializada e um cronograma de tarefas (De Freitas & Maçaneiro, 2019). Dentre as atividades do NIT está a implementação da política de inovação e promoção da interação com o mercado para disseminação e TT (Brasil, 2004).

No contexto da inovação, a PI é o ativo intangível definido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) como o que se refere “às criações da mente: tudo, desde obras de arte até invenções, passando por programa de computador, marcas e outros sinais comerciais” (OMPI, 2021, p. 1).

2.2 Valoração de projetos de tecnologia

Segundo Quintella et al. (2019), a valoração consiste na análise de valores-referência para uma eventual negociação de transferência de tecnologia, atendendo a três objetivos finais: a) comercialização e licenciamento de tecnologias; b) análise de riscos em investimentos de

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); e c) priorização de projetos de PD&I. Nesse sentido, é importante que a PI tenha uma valoração adequada para que a ICT seja remunerada de forma justa pela produção do conhecimento (Carvalho et al., 2019).

De acordo com Sá Novaes & Santos (2021), dentre os desafios para a valoração, destacam-se a falta de base de custos da pesquisa e ausência de informação em relação aos custos do invento. Conforme Ferreira et al. (2020) a abordagem de custo indica a necessidade de controlar os custos relacionados à criação do invento, pesquisa e desenvolvimento, de maneira a se ter uma perspectiva dos gastos mínimos empregados.

Entretanto, a recuperação dos valores históricos é uma parte do processo de valoração. Estes valores sofrem o efeito da inflação, que é o aumento de preços, implicando no poder de compra da moeda (Banco Central do Brasil – BCB, 2023). Portanto, faz-se necessário apurar o valor real do investimento, trazendo-os a valor presente. O valor presente é o valor do dinheiro no tempo e é necessário para a proteção dos impactos causados pela inflação na economia (Moribe, Panosso & Marroni, 2007).

2.3 Correção monetária

Os valores despendidos ao longo do tempo em uma pesquisa sofrem influência da desvalorização da moeda causada pela inflação que, conforme o BCB (2023), produz incertezas importantes na economia e desestimula o investimento. Considerar a inflação em análises de investimento é fundamental, pois poderá impactar substancialmente o resultado final, caso não considerada de maneira adequada (Souza & Kliemann Neto, 2012).

Nesse sentido, é recomendável que os custos da pesquisa sejam atualizados a valor presente, por meio da técnica da correção monetária. O princípio da atualização monetária está baseado no fato de que a moeda não representa unidade constante de poder de compra, devendo ser ajustada, de modo a permanecerem corretos os valores de componentes patrimoniais e de patrimônio líquido (Conselho Federal de Contabilidade – CFC, 2008).

Dentre as razões para adotar esta prática, pode-se apontar: a) a desatualização dos valores de receitas e despesas nas demonstrações de resultados ao longo de 12 meses ou mesmo anos até ocorrer uma oportunidade de TT; b) distorções na apresentação de demonstrações financeiras em comparação a períodos anteriores (Moribe, Panosso & Marroni, 2007).

Desse modo, as movimentações financeiras podem acumular distorções nos valores e não refletir o valor do financeiro atualizado. Ainda, a TT de uma patente pode ocorrer muito

tempo depois do final da pesquisa. Em todos estes casos, o processo de valoração da PI pode empregar a correção monetária para trazer a valor presente os custos com a pesquisa.

O CFC explica que a atualização monetária ajusta os valores originais para determinada data, com aplicação de indexadores aptos a interpretar a variação do poder de compra da moeda nacional em um período específico (CFC, 2008).

2.4 Gestão financeira de projetos de pesquisa

Segundo Suave e Codesso (2012), o orçamento se trata de um plano elaborado pela administração com o intuito de compreender as operações de determinado período. É uma abordagem formal das metas, planos e objetivos traçados pela administração. O orçamento de um projeto de pesquisa é um instrumento empregado para demonstrar o controle da gestão e executar o planejamento das ações da administração (Silva et al., 2008).

A definição de um plano de contas serve para classificar a origem e destinação dos recursos e agrupá-los nas demonstrações financeiras e nele são determinadas as receitas e despesas, de modo a permitir uma análise dos registros financeiros; na visão de Aresta e Souza (1979), deve atender a diversas áreas com suas particularidades e a definição de sua estrutura precisa cobrir cada segmento de diferentes atividades.

Para a gestão dos custos, os NITs necessitam de estrutura física e gerencial que favoreçam as relações internas de pesquisas de tecnologia criadas nos seus espaços de pesquisa (Marques, Cavalcanti & Da Silva, 2021). Sem estruturas robustas, a gestão financeira de projetos de pesquisa pode ser dificultada. Fator importante para o controle, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) especifica as movimentações de receitas e despesas (Assaf Neto, 2020), o que contribui para análise financeira do projeto e tomada de decisão.

3 Metodologia

Para atender ao objetivo deste estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica (Gil, 2017) e, posteriormente, selecionado como objeto de estudo de caso (Yin, 2015) o projeto de uma ICT pública, o que possibilitou realizar a coleta e análise dos dados orçamentários.

Os dados foram coletados por meio de acesso público a um projeto de pesquisa da ICT, que disponibiliza no seu portal institucional os demonstrativos das movimentações financeiras nos projetos por ela desenvolvidos. Essa coleta é justificada pela possibilidade de contribuição à melhoria do trabalho em relação à gestão financeira dos custos de pesquisa. Após a coleta, os

dados foram armazenados em arquivo pessoal e convertidos em tabelas, de maneira a realizar a análise dos mesmos.

Os documentos adotados como fonte de dados foram extraídos dos relatórios financeiros, os quais compreendem: a) Execução Financeira; b) Pagamento Pessoas Físicas; c) Pagamento Pessoas Jurídicas; d) Pagamentos Diversos; e) Pagamento Servidores Públicos e f) Aquisições.

Quanto à delimitação temporal, o projeto selecionado é referente ao exercício de 2022 e os seus dados financeiros foram atualizados por meio da técnica de correção monetária, trazendo a valor presente (junho de 2023) os valores históricos. Desse modo, foi possível identificar as diferenças entre o valor histórico e o valor corrigido, bem como observar o impacto da desvalorização no investimento realizado na pesquisa.

A análise realizada com base nos demonstrativos financeiros da ICT teve os valores minuciosamente conferidos, de modo a obter uma visão coerente com a realidade. A coleta, armazenamento e análise dos dados foram fundamentais para demonstrar a aplicação da proposta presente neste estudo.

Assim, foi apresentada uma técnica de correção monetária, por meio do uso de uma tabela prática (TJSP, 2023) de acesso público e fácil utilização para atualizar os custos do projeto.

4 Análise dos resultados

4.1 Estudo de caso: gestão financeira do projeto de pesquisa

A ICT em estudo executa a gestão dos projetos por meio de uma peça orçamentária com os detalhes referentes à origem e destinação dos recursos financeiros e, para o acompanhamento da execução, disponibiliza relatórios de realização do orçamento discriminando os gastos por cada rubrica da peça orçamentária. Ainda, a ICT tem em seu portfólio um total de 31 projetos, dos quais, 19 estão encerrados e 12 estão em execução. Por meio da análise dos relatórios financeiros, foi possível observar que as informações de todos os projetos estão devidamente registradas de acordo com o PAR.

Neste estudo de caso, foram utilizadas algumas ferramentas de gestão financeira para auxiliar na atividade dos registros financeiros. Essas ferramentas servem para prestar contas dos valores investidos na pesquisa e, sobretudo, fornecer informações referentes aos custos incorridos necessários ao processo de TT.

A elaboração deste trabalho foi pautada pela análise da apropriação dos custos incorridos em um projeto executado em uma ICT, com acesso público. No projeto, as informações referentes ao planejamento e registro das movimentações financeiras possibilitam a identificação clara da origem e destinação dos recursos. Tais informações estão presentes no PAR, que é a base para a execução financeira do projeto e dele resultam as demais movimentações financeiras categorizadas em seu plano de contas.

O NIT da ICT deste estudo utiliza um sistema de gestão que possibilita o planejamento e registro da movimentação financeira da pesquisa e custos incorridos com os projetos, viabilizando a obtenção dos subsídios necessários para o processo de valoração.

O portfólio da ICT especifica os projetos com os devidos registros financeiros, porém, não apresenta em nenhum dos seus relatórios a correção monetária dos valores, deixando evidente uma defasagem nos valores com relação ao valor presentes. Na demonstração da aplicação da técnica da correção monetária, o projeto do portfólio selecionado correspondente ao exercício de 2022, teve todos seus demonstrativos financeiros atualizados para comparar a diferença entre o valor histórico e o valor corrigido.

De modo a oportunizar um melhor entendimento da técnica de correção monetária foi apresentado método, utilizando a Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária – IPCA-E (TJSP, 2023). O IPCA é o índice de preços oficial considerado pelo governo federal “que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias” (IBGE, 2023).

4.1.1 Método de correção Monetária pela Tabela Prática do TJSP

O método de correção apresentado é a utilização de uma tabela na qual os índices são convertidos em número-índice e a atualização é feita com operações simples de divisão e multiplicação. A Tabela Prática do TJSP (2023) utiliza o IPCA-E como índice financeiro.

Tabela 1.*Tabela Prática do TJSP*

Mês	2021	2022	2023
Janeiro	6,206923	6,853902	7,258367
Fevereiro	6,255336	6,893654	7,298288
Março	6,285361	6,961901	7,353754
Abril	6,343814	7,028039	7,404494
Mai	6,381876	7,149624	7,446699
Junho	6,409956	7,191806	7,484677
Julho	6,463158	7,241429	
Agosto	6,509692	7,250842	
Setembro	6,567628	7,197910	
Outubro	6,642498	7,171277	
Novembro	6,722207	7,182751	
Dezembro	6,800856	7,220819	

Fonte: TJSP 2023.

A metodologia de cálculo consiste em atualizar o valor original dividindo-o pelo índice do período inicial e multiplicando-o pelo índice do período final:

$$\text{Valor Corrigido} = \text{Valor Original} - \text{Fator Inicial} * \text{Fator Final}$$

Para demonstrar sua utilização, o valor de R\$1.000,00 foi dividido pelo fator de janeiro de 2022 multiplicado pelo fator de junho de 2023 e como resultado obteve-se o valor atualizado de R\$1.092,03.

$$\begin{array}{rclcl} \text{Valor Original / Fator Inicial} & * & \text{Fator Final} & = & \text{Valor Corrigido} \\ \text{R\$ 1.000,00 / 6,853902} & * & 7,484677 & = & \text{R\$ 1.092,03} \end{array}$$

Na Tabela 2 são demonstrados os valores históricos do PAR, atualizados pela Tabela Prática do TJSP (2023), no período de fevereiro de 2022, data inicial do projeto, até junho de 2023, com o fator inicial no valor de 6,893654 e o fator final no valor de 7,484677. Pelo resultado, pode ser verificado o efeito da correção monetária sobre os valores históricos e como apresentam diferenças significativas.

Tabela 2.

Plano de Aplicação dos Recursos

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
RECEITA DO PROJETO	Descentralização Orçamentária	Valor R\$	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
	Diretamente Arrecadado (FONTE 250)	128.090,00	139.071,71	10.981,71
	Receita de aplicação financeira	2.491,23	2.704,81	213,58
TOTAL DA RECEITA		130.581,23	141.776,53	11.195,30
DESPESAS DO PROJETO				
	1. CUSTEIO	118.531,23	128.693,43	10.162,20
	BOLSAS	64.226,66	69.733,09	5.506,43
33.90.18.01	Bolsas de estudo no país	16.000,00	17.371,75	1.371,75
33.90.20.01	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	48.226,66	52.361,34	4.134,68
	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	5.428,67	428,67
33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico	2.500,00	2.714,34	214,34
33.90.30.33	Material para produção industrial	2.500,00	2.714,34	214,34
	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	49.304,57	53.531,67	4.227,10
33.90.39.62	Serviços de produção industrial	34.980,00	37.978,99	2.998,99
33.90.39.99	Custos Operacionais	7.212,69	7.831,07	618,38
33.90.39.99	Ressarcimento pelo uso da infraestrutura	3.555,94	3.860,81	304,87
33.90.39.99	Ressarcimento pelo uso da infraestrutura Unidade	3.555,94	3.860,81	304,87
	2. CAPITAL	12.050,00	13.083,10	1.033,10
	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	12.050,00	13.083,10	1.033,10
44.90.52.04	Aparelhos de medição e orientação	2.050,00	2.225,76	175,76
44.90.52.35	Equipamentos de processamento de dados	10.000,00	10.857,34	857,34
	TOTAL DAS DESPESAS (CUSTEIO + CAPITAL)	130.581,23	141.776,53	11.195,30

Fonte: dos autores.

Como resultado da correção monetária aplicada ao orçamento, pode-se observar a defasagem entre o valor histórico e o valor corrigido de R\$11.195,30 representando uma variação percentual de 8,57%.

A Tabela 3 apresenta a previsão orçamentária do projeto de pesquisa com as rubricas e seus respectivos valores. A Previsão Orçamentária foi atualizada pela Tabela Prática do TJSP (2023), de fevereiro de 2022 (data inicial do projeto) até junho de 2023 com o fator inicial no

valor de 6,893654 e o fator final no valor de 7,484677. Como não há referência a datas, os mesmos fatores foram aplicados a todos os valores.

Tabela 3.

Previsão Orçamentária do Projeto

Descrição	Valor R\$	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
Bolsas de Estudo no País	14.708,33	15.969,34	1.261,01
Custos Operacionais	7.212,69	7.831,07	618,38
Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	51.816,52	56.258,98	4.442,46
Material elétrico e eletrônico	1.483,38	1.610,56	127,18
Material para produção industrial	2.500,00	2.714,34	214,34
Serviços de produção industrial	34.980,00	37.978,99	2.998,99
Taxa fundo	3.481,20	3.779,66	298,46
Aparelhos de medição e orientação	2.050,00	2.225,76	175,76
Equipamentos de Processamento de Dados	10.000,00	10.857,34	857,34
Taxa fundo	3.481,20	3.779,66	298,46
Total	131.713,32	143.005,68	11.292,36

Fonte: dos autores.

Pode-se observar que, ao aplicar a correção monetária e trazer os valores históricos a valor presente foi gerada uma diferença de R\$11.292,36 e uma variação percentual de 8,57%.

4.1.2 Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE)

O DRE contábil pode ser adaptado às demonstrações financeiras de um projeto de pesquisa e representar a origem e destino das receitas e despesas, para análise e tomada de decisão. Com base no PAR, foi elaborado um DRE para demonstrar a execução do orçamento apresentado na Tabela 4.

Tabela 4.

Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) Adaptado a Projetos de Pesquisa

Receita	Valor R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
Previsão Orçamentária	131.713,32	6,893654	7,484677	143.005,68	11.292,36
Total de Receitas	131.713,32	6,893654	7,484677	143.005,68	11.292,36
Despesas					
Bolsas de estudo no país	14.708,33	6,893654	7,484677	15.969,34	1.261,01
Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	51.816,52	6,893654	7,484677	56.258,98	4.442,46
Material elétrico e eletrônico	1.483,38	6,893654	7,484677	1.610,56	127,18
Material para produção industrial	2.500,00	6,893654	7,484677	2.714,34	214,34
Serviços de produção industrial	34.980,00	6,893654	7,484677	37.978,99	2.998,99
Custos Operacionais	7.212,69	6,893654	7,484677	7.831,07	618,38
Ressarcimento pelo uso da infraestrutura	3.555,94	6,893654	7,484677	3.860,81	304,87
Ressarcimento pelo uso da infraestrutura Unidade	3.555,94	6,893654	7,484677	3.860,81	304,87
Aparelhos de medição e orientação	2.050,00	6,893654	7,484677	2.225,76	175,76
Equipamentos de processamento de dados	10.000,00	6,893654	7,484677	10.857,34	857,34
Total de Despesas	131.862,80	6,893654	7,484677	143.167,97	11.305,17
Resultado Operacional					
Receitas	131.713,32	6,893654	7,484677	143.005,68	11.292,36
Despesas	-131.862,80	6,893654	7,484677	-143.167,97	-11.305,17
	-149,48				-12,82

Fonte: dos autores.

O DRE apresentado é uma visão sintética dos valores alocados em cada rubrica do orçamento e seu objetivo é permitir uma análise e acompanhamento da execução orçamentária do projeto. Por meio da coluna “Valor Atualizado”, na Tabela 4, pode-se ter uma perspectiva da evolução dos valores e de como seria danoso em uma negociação utilizar apenas os valores históricos. Observa-se uma variação percentual de 8,57% no DRE.

Para demonstrar a origem dos valores que compõem o DRE, a Tabela 5 apresenta em formato analítico os valores pagos à pessoa física, atualizados pela Tabela Prática do TJSP (2023), de maio de 2022 a junho de 2023, com o fator inicial correspondente a cada mês e o fator final no valor de 7,484677. Estes valores estão presentes de forma consolidada no DRE.

Tabela 5.

Pagamentos Realizados para Pessoa Física

Data	Rubrica	Valor R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
03/05/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,149624	7,484677	1.308,58	58,58
03/05/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,149624	7,484677	1.308,58	58,58
06/06/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,191806	7,484677	1.300,90	50,90
06/06/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,191806	7,484677	1.300,90	50,90
05/07/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,241429	7,484677	1.291,99	41,99
05/07/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,241429	7,484677	1.291,99	41,99
03/08/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,250842	7,484677	1.290,31	40,31
03/08/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,250842	7,484677	1.290,31	40,31
05/09/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,197910	7,484677	1.299,80	49,80
05/09/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,197910	7,484677	1.299,80	49,80
05/10/2022	Bolsas de Estudo no País	1.250,00	7,171277	7,484677	1.304,63	54,63
11/10/2022	Bolsas de Estudo no País	958,33	7,171277	7,484677	1.000,21	41,88
Total		14.708,33			15.288,01	579,68

Fonte: dos autores.

Como os lançamentos são realizados em datas distintas, deve-se aplicar o fator correspondente ao mês do lançamento para obter o valor atualizado. Aqui se pode observar a facilidade de uso da Tabela Prática do TJSP (2023), pois basta informar os dois fatores de conversão para obter o valor corrigido. Observa-se uma correção de R\$579,68 e uma variação percentual de 3.94% em um período de 6 meses.

A Tabela 6 apresenta os valores pagos à pessoa jurídica na composição do DRE.

Tabela 6.

Valores Pagos para Pessoa Jurídica

Data	Rubrica	Valor R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
03/05/2022	Equipamentos de Processamento de Dados	10.000,00	7,149624	7,484677	10.468,63	468,63
11/07/2022	Aparelhos de medição e orientação	2.050,00	7,241429	7,484677	2.118,86	68,86
11/07/2022	Material elétrico e eletrônico	690	7,241429	7,484677	713,18	23,18
12/07/2022	Material elétrico e eletrônico	793,38	7,241429	7,484677	820,03	26,65
18/08/2022	Material para produção industrial	2.500,00	7,250842	7,484677	2.580,62	80,62
30/08/2022	Custos Operacionais	5.048,88	7,250842	7,484677	5.211,70	162,82
29/09/2022	Serviços de produção industrial	19.513,00	7,197910	7,484677	20.290,40	777,40
04/11/2022	Taxa fundo	3.481,20	7,182751	7,484677	3.627,53	146,33
04/11/2022	Taxa fundo	3.481,20	7,182751	7,484677	3.627,53	146,33

Data	Rubrica	Valor R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
09/11/2022	Serviços de produção industrial	15.467,00	7,182751	7,484677	16.117,15	650,15
14/12/2022	Custos Operacionais	2.163,81	7,220819	7,484677	2.242,88	79,07
12/01/2023	Devolução de Saldo de Projeto	149,85	7,258367	7,484677	154,52	4,67
Total		65.338,32			67.973,05	2.634,73

Fonte: dos autores.

Observa-se uma correção de R\$2.634,73 e uma variação percentual de 4,03% em um período de 7 meses. A variação acumulada pode resultar em falta de recursos para a conclusão do projeto.

A Tabela 7 apresenta os valores pagos à servidores públicos na composição do DRE.

Tabela 7.

Valores Pagos para Servidor Público

Data	Rubrica	Valor R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
05/04/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,028039	7,484677	6.602,84	402,84
03/05/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,149624	7,484677	6.490,55	290,55
02/06/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,191806	7,484677	6.452,48	252,48
05/07/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,241429	7,484677	6.408,27	208,27
03/08/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,250842	7,484677	6.399,95	199,95
14/09/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,197910	7,484677	6.447,01	247,01
20/10/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,171277	7,484677	6.470,95	270,95
04/11/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	6.200,00	7,182751	7,484677	6.460,62	260,62
19/12/2022	Auxílio financeiro a pesquisador (professor)	2.066,67	7,220819	7,484677	2.142,19	75,52
Total		51.666,67			53.874,85	2.208,18

Fonte: dos autores.

Observa-se uma correção de R\$2.208,18 e uma variação percentual de 4,27% em um período de 9 meses. É possível observar que quanto maior o período de execução do projeto, a variação acumulada impacta no valor original do orçamento.

A Tabela 8 apresenta os valores pagos em aquisições na composição do DRE.

Tabela 8.*Valores Referentes a Aquisições*

Número	Projeto	Data	Total R\$	Fator Inicial	Fator Final	Valor Atualizado R\$	Correção R\$
2022/000534	28.610	18/03/2022	10.000,00	6,961901	7,484677	10.750,91	750,91
2022/01163	28.610	31/05/2022	2.050,00	7,149624	7,484677	2.146,07	96,07
2022/01169	28.610	31/05/2022	1.070,72	7,149624	7,484677	1.120,90	50,18
2022/01172	28.610	31/05/2022	690,00	7,149624	7,484677	722,34	32,34
2022/01207	28.610	02/06/2022	2.500,00	7,191806	7,484677	2.601,81	101,81
2022/01986	28.610	18/08/2022	15.467,00	7,250842	7,484677	15.965,80	498,80
2022/01987	28.610	18/08/2022	19.513,00	7,250842	7,484677	20.142,28	629,28
Total			51.290,72			53.450,10	2.159,38

Fonte: dos autores.

As aquisições apresentaram uma correção R\$2.159,38 e uma variação percentual de 4,39%. Nesse sentido, pode-se considerar que a utilização de ferramentas de gestão financeira, juntamente com a técnica da correção monetária, possibilita a percepção do efeito da desvalorização dos recursos financeiros causados pela inflação e demonstra a necessidade de mantê-los atualizados para preservar o valor investido.

Os desafios apontados no processo de valoração devido à falta de registros precisos ou falta de conhecimento técnico, são superados pela utilização de metodologias de gestão financeira amplamente empregadas em diversas áreas de negócios. Em uma negociação de TT pode ser necessário demonstrar o quanto se investiu na pesquisa e, portanto, o registro das movimentações financeiras é fundamental. A aplicação da técnica da correção monetária contribui para manter os registros financeiros atualizados a qualquer tempo.

5 Conclusões

O NIT, enquanto instância responsável pela gestão da inovação e TT no âmbito das ICTs, necessita de metodologias e ferramentas para cumprir esta tarefa. As ferramentas de gestão financeira, em conjunto com aplicação da técnica de correção monetária, podem contribuir para superar os desafios apontados no processo de valoração, ao fornecerem informações classificadas e custos atualizados como subsídios para as negociações de TT.

Com os resultados obtidos ao se aplicar a correção dos valores históricos, observou-se uma variação de 8,57% no período de 17 meses que poderia gerar um impacto financeiro significativo em uma negociação de TT. Diante deste resultado, é importante manter os valores históricos atualizados.

Quanto ao objetivo deste estudo, que foi demonstrar a aplicação da técnica da correção monetária aos custos de um projeto de pesquisa nas ferramentas de gestão financeira, de modo a proceder à valoração da Propriedade Intelectual, o método apresentado evidenciou que a utilização da tabela prática disponibilizada pelo TJSP (2023) facilita a tarefa de manter os valores atualizados, devido à simplicidade em seu emprego. Sob o aspecto da gestão financeira da pesquisa a proposta de utilização de ferramentas como: Plano de Contas Gerencial, Orçamento e DRE contribui para a demonstrar a transparência na aplicação dos recursos e prestação de contas aos financiadores da pesquisa.

Este estudo apresenta como limitação para demonstrar resultados mais expressivos do efeito da desvalorização no investimento do projeto, o período de abrangência para aplicação da correção monetária limitado a apenas um exercício.

Como contribuição deste estudo para a prática da gestão financeira em projetos de pesquisa e valoração, foram apresentadas ferramentas de gestão compostas por: orçamento, plano de contas gerencial, planilha de lançamento de custos, DRE e metodologia para correção monetária. Espera-se que estas ferramentas sirvam para auxiliar os gestores e pesquisadores. A técnica da correção monetária relacionada aos custos dos projetos de PD&I, pode ser um tema a ser mais explorado em estudos futuros sobre valoração.

Referências

- Aresta, A. J. B., & Souza, S. M. (1979). Plano de contas: um novo enfoque de definição. *Revista de Administração de Empresas*, 19(4), 73–77. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901979000400006>
- Assaf Neto, A. (2020) *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. (12. ed.). Atlas.
- Banco Central do Brasil – BCB (2023). *O que é inflação*. <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>
- Brasil (2004) *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm
- Carvalho, G. A., Amaral, H. F., Batista, P. O. de S., & Ribeiro, J. E. (2019). Valoração de ativos intangíveis com opções reais: estudo de caso em uma transferência de tecnologia da Universidade Federal de Minas Gerais. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 07–23. <https://doi.org/10.22279/navus.2019.v9n2.p07-23.740>
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2008). *Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade*. (3. ed.). CFC.
- De Freitas, F. K., & Maçaneiro, M. B. (2019). Proposta de Modelo para Avaliação de Portfólio de Pedidos e Patentes de Invenção na Universidade Federal do Paraná. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*, 7(2), 232–248. <https://doi.org/10.5585/iptec.v7i2.15817>
- Ferreira, A. R. F., Souza, A. L. R., Silvão, C. F., Marques, E. F., Faria, J. A., & Ribeiro, N. M. (2020). Valoração de Propriedade Intelectual para a Negociação e Transferência da Tecnologia: O caso NIT/IFBA. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 10, 01–23. <https://doi.org/10.22279/navus.2020.v10.p01-23.1046>
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (6. ed.). Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2023). *IPCA-E - Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo Especial*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9262-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-especial.html?t=o-que-e&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao
- Marques, J. L., Cavalcanti, A. M. & Da Silva, A. M. A evolução dos Núcleos de Inovação Tecnológica no Brasil no período de 2006 a 2016. *Exacta*. 19(1), 210-214. <https://doi.org/10.5585/exactaep.v19n1.11153>
- Moribe, A. M., Panosso, A., & Marroni, C. H. (2007). Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. *Enfoque Reflexão Contábil*, 26(1), 17–28. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v26i1.3577>

- Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI. (2021). *O que é propriedade intelectual?* (n. 450p/21). Wipo.
- Quintella, C. M., Teodoro, A. F. O., Frey, I. A., & Ghesti, G. F. (2019). Valoração de ativos de propriedade intelectual. *Transferência de tecnologia*, 139–178.
<http://www.profnit.org.br/wp-content/uploads/2019/10/PROFNIT-Serie-Transferencia-de-Tecnologia-Volume-I-WEB-2.pdf>
- Sá Novaes, A. F. A., & Santos, V. M. L. (2021). Desafios para valoração das patentes no Brasil: Um estudo de caso sobre os produtos/processos para remediação ambiental. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias - IPTEC*, 9(1), 17–31.
<https://doi.org/https://doi.org/10.5585/iptec.v9i1.18207>
- Silva, L. I. S., Dias, C. B. P. A., Brito, C. A. O., & Cardoso, K. C. R. M. (2008). Orçamento Público: Um Natural Sistema de Custos. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 2(1), 52–66. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v2i1.2606>
- Souza, J. S. & Kliemann Neto, F. J. (2012). O impacto da incorporação da inflação na análise de projetos de investimentos. *Production*, 22(4), 709–717.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65132012005000073>
- Suave, R. & Codesso, M. M. (2012). Produção científica sobre orçamento: análise das principais características de revistas brasileiras. *Anais do XIX Congresso Brasileiro De Custos - ABC*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/269>
- Takamatsu, R. T.; & Lamounier, W. M. (2009). A importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras. *Contabilidade Vista & Revista*, [s. L.], v. 17, n. 2, p. 67–87.
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/298>
- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP (2023). *Diretoria de execução de precatórios e cálculos*.
<https://www.tjsp.jus.br/Download/Tabelas/TabelaDebitosJudiciais.pdf?d=1700159103816>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman.